

FORMAÇÃO DOCENTE PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO DE  
CIÊNCIAS E BIOLOGIA: AÇÕES DO PROLICEN

Teacher training for ethnic-racial relations in science and biology  
teaching: prolicen actions

Formación docente para las relaciones étnico-raciales en la enseñanza  
de ciencias y biología: acciones del prolicen

Aline Vitoria Alves da Silva - UFPB-CCA\*  
Raiane dos Santos Silva - UFPB-CCA \*\*  
Emelyne Duarte Sales - UFPB-CCA \*\*\*  
Ana Cristina Silva Daxenberger - UFPB \*\*\*\*

**Resumo:** Considerando as Leis 10.639/2003 e 11.645/2005, o presente trabalho apresenta as ações do Projeto de Iniciação à Docência (Prolicen), desenvolvido no campus Areia da Universidade Federal da Paraíba, com estudantes de licenciatura em Ciências Biológicas. O objetivo é relatar as ações desenvolvidas no Prolicen, durante o ano de 2023, trazendo uma discussão sobre a importância dos estudos étnico-raciais e multiculturalidade associado à formação docente. Como atividades, destacamos a pesquisa bibliográfica exploratória nas Plataformas Google Academic e Capes, sobre as ações do ensino de biologia associados às leis supracitadas e as práticas antirracista; além de produção de artigos científicos, artigos para jornal *online*; e a elaboração de perfis biográficos. Demonstra-se a importâncias das ações desenvolvidas no Prolicen para a formação inicial do licenciando de maneira a contribuir com a formação crítica e cidadã para a construção de práticas antirracistas.

**Palavras-chave:** Currículo. Ciências biológicas. Formação docente.

**Abstract:** Considering Laws 10,639/2003 and 11,645/2005, this work presents the actions of the Teaching Initiation Project (Prolicen), developed on the Areia campus of the Federal University of Paraíba, with undergraduate students in Biological Sciences. The objective is to report the actions developed at Prolicen, during the year 2023, bringing a discussion about the importance of ethnic-racial studies and multiculturalism associated with teacher training. As activities, we highlight exploratory bibliographic research on the Google Academic and Capes Platforms, on the actions of teaching biology associated with the laws 10,639/03 and 11,645/05, and anti-racist practices; in addition to producing scientific articles, articles for online newspapers; and the creation of biographical profiles. The importance of the actions developed at Prolicen for the initial training of undergraduate students is demonstrated to contribute to critical and citizen training for the construction of anti-racist practices.

**Keywords:** Curriculum. Biological Sciences. Teacher training.

---

\*Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas pela UFPB-CCA. Bolsista do PROLICEN e Voluntária no PIBID. E-mail: [aline.alves@academico.ufpb.br](mailto:aline.alves@academico.ufpb.br)

\*\*Graduanda em Ciências Biológicas - Licenciatura pela UFPB - CCA, Campus II. Bolsista do PROLICEN e ex-bolsista de extensão na área de educação. E-mail: [raygomes366@gmail.com](mailto:raygomes366@gmail.com)

\*\*\*Bacharela e licencianda em Ciências Biológicas pela UFPB-CCA. Bolsista do PIBID e voluntária no PROLICEN. E-mail: [emelyne40@hotmail.com](mailto:emelyne40@hotmail.com)

\*\*\*\*Dra. em Educação Escolar pela UNESP. Mestre em Educação pela UMESP. Professora Associada 3 do DCFS/CCA/UFPB. Membro do Neabi. Membro do Comitê de Inclusão e Acessibilidade. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial (GEPE). Profa. do PPGL. E-mail: [ana.daxenger@gmail.com](mailto:ana.daxenger@gmail.com)

**Resumen:** Considerando las Leyes 10.639/2003 y 11.645/2005, este trabajo presenta las acciones del Proyecto de Iniciación a la Enseñanza (Prolicen), desarrollado en el campus Areia de la Universidad Federal de Paraíba, con estudiantes de pregrado en Ciencias Biológicas. El objetivo es informar las acciones desarrolladas en el Prolicen, durante el año 2023, trayendo una discusión sobre la importancia de los estudios étnico-raciales y la multiculturalidad asociados a la formación docente. Como actividades destacamos la investigación bibliográfica exploratoria en las Plataformas Google Academic y Capes, sobre las acciones de enseñanza de la biología asociadas a las leyes y prácticas antirracistas antes mencionadas; además de producir artículos científicos, artículos para periódicos online; y la creación de perfiles biográficos. Se demuestra la importancia de las acciones desarrolladas en Prolicen para la formación inicial de estudiantes de pregrado con el fin de contribuir a la formación crítica y ciudadana para la construcción de prácticas antirracistas.

**Palabras clave:** Plan de estudios. Ciencias Biológicas. Formación docente.

## INTRODUÇÃO

A promulgação da lei 10.639/2003, alterada pela lei 11.645/2009, completa cerca de 20 anos em 2023. Desde então, diversas ações e reformulações didático-pedagógicas foram incluídas no currículo escolar objetivando a efetivação delas no âmbito educacional. Conscientes de que a educação para as relações étnico-raciais dentro escola é algo essencial para a construção de uma sociedade antirracista e percorre, principalmente, nas mãos dos educadores, a formação docente precisou acompanhar tais avanços. Nesse sentido, programas de apoio à licenciatura como o PROLICEN são de grande importância, visto que possibilitam novos caminhos para a formação docente na perspectiva da educação étnico-racial.

No que se refere à formação, as discussões étnico-raciais são abarcadas pela trajetória histórica da sociedade brasileira, fortemente marcada pelo longo processo de colonização, iniciado quando os portugueses "descobriram" essa terra e começaram sua exploração ao longo do século XVI, iniciando simultaneamente, o processo de escravidão que atingiu os povos indígenas que já habitavam no Brasil e povos negros africanos em processo de diáspora. Esse processo durou cerca de 300 anos (Nascimento, 1978; Gomes, 2020, 2021). A colonização se constituiu de uma forma tão profunda, que teve um impacto grande na história e constituição da sociedade brasileira, com seus resquícios perdurando até os dias atuais, sendo representados e consolidados pelas diversas formas de violência, preconceito e racismo existentes contra a população negra e os seus descendentes, bem como a descaracterização e estereotipização das culturas indígenas, atingidas fortemente pelo eurocentrismo e suas heranças coloniais.

Conscientes de uma história marcada pela exclusão e segregação, diversas articulações negras e indígenas se constituem na luta e resistência na busca de direitos e políticas públicas que os reconheçam como parte importante da história e cultura deste país. Parte dessa articulação tem força evidente no âmbito educacional. Conforme compreendemos a educação, passamos a vê-la como instrumento para a transformação da sociedade. Tal transformação só acontece aliada a conscientização do ser humano como protagonista da sua própria história. Isso está fundamentado

em Freire, quando afirma: "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda (Freire, 2001, p.67).

No sentido da educação, a luta tem fundamentação teórica, histórico e cultural e se alia as práticas pedagógicas conscientes e sensibilizadas com a multiculturalidade que constitui o Brasil e, portanto, o combate a todas as formas de violência, principalmente o racismo, a discriminação e o preconceito. Na educação, as discussões étnico-raciais são ampliadas com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2009 referentes ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. Entretanto, no que se refere ao ensino superior, depende das Diretrizes Curriculares da formação docente e projetos compromissados com a educação das/para as relações étnico-raciais, as quais também identificam estes pressupostos (Brasil, 2019).

Considerando tais colocações, o presente artigo tem como objetivo apresentar as atividades e ações realizadas na vigência do PROLICEN - Programa de Apoio às Licenciaturas ao longo do ano de 2023, no âmbito do projeto "FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: contribuindo para as discussões dos aspectos exigidos pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008", desenvolvido no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, localizado no campus II da Universidade Federal da Paraíba, na cidade de Areia, interior do estado da Paraíba.

#### REFERENCIAL TEÓRICO

No contexto da colonização, a abolição da escravatura ocorreu, oficialmente, em 1888, quando os negros foram libertos. No entanto, apesar do fim da escravidão, não houve apoio suficiente para a população negra se reerguer; seus direitos não foram respeitados, sendo eles marginalizados e empurrados para sobreviverem à margem da sociedade sem quaisquer condições e/ou reparação (Domingues, 2007). Nascimento (1978) traz um recorte de como de fato tudo ocorreu pós-abolição. Segundo ele naquele momento: "Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem" (Nascimento, 1978, p. 65).

No âmbito dos direitos, por muito tempo a legislação vigente nos diferentes períodos da historiografia brasileira, não abarcou políticas públicas ou leis que garantissem o mínimo de cidadania para os negros, dentre eles o direito e o acesso à educação e ao ensino de qualidade. Mesmo após a abolição e, durante décadas, a educação brasileira foi excludente e restrita a uma parcela da população. Esse período contribuiu fortemente para o aumento das desigualdades sociais, a exclusão e marginalização dos negros. O cenário só mudaria de fato com a luta e resistência da população negra, que se consolidou ainda mais com os Movimentos sociais, dando início a uma ruptura com um processo duradouro de violência e exclusão.

Para os povos indígenas, a história não foi muito diferente. Eles sobreviveram a um longo apagamento histórico, iniciado com a chegada dos europeus. Como povos originários, os indígenas vêm sendo retratados como marginalizados quando deveriam ser apresentados como sujeitos históricos e

protagonistas da história do país (Silva, Daxenberger, 2023). Historicamente, a sociedade e os currículos educacionais contam a história indígena como o passado, remetendo apenas ao "descobrimento" do Brasil e início da colonização. Pouco se discute sobre a exploração que estes sofreram pelas mãos dos europeus, a opressão, a violência e o genocídio. Tampouco sua luta e resistência na reafirmação de suas identidades históricas e culturais. Nesse sentido, o Movimento indígena vem mantendo fortes articulações para a garantia do reconhecimento de seus direitos.

Ainda no que tange à legislação brasileira, conforme Sousa e Almeida (2019), a primeira Lei instituída pós abolição foi a lei Afonso Arinos em 1951, porém, apesar do marco que representou, essa lei não teve destaque. Somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal outras leis foram elaboradas e estabelecidas, abarcando a questão racial como tipificação criminal e suas punições (Sousa e Almeida, 2019) caso o racismo seja identificado.

Outro marco importante veio com a Lei 10.639/2003 responsável por mudanças nas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº9.394/96, na qual exige o "estabelecimento da obrigatoriedade do ensino da História e cultura da afro-brasileira e indígena e suas contribuições para a cultura brasileira nas redes de ensino pública e particulares, do ensino fundamental ao ensino médio (s/p)" e a Lei 11.645/09, na qual diz: "torna-se obrigatório o estudo da História, Cultura Afro-Brasileira e indígenas", referindo-se aos primórdios da formação da população brasileira, quanto às lutas dos negros, africanos e povos indígenas (Brasil, 2008).

A obrigatoriedade desta lei, no entanto, se refere ao ensino fundamental e médio, o que faz exigência implícita na formação inicial docente no ensino superior (Brasil, 2019). As práticas antirracistas desenvolvidas pela universidade, se apoiam nas Diretrizes Curriculares para formação docente nº 02/2019, onde os componentes curriculares exigidos por estas leis devem ser ofertadas em curso de formação docente.

Em 2023, a Lei 10.639 aqui apresentada, completou 20 anos. Com um vasto tempo de promulgação. Subentende-se que ela estaria fortemente consolidada dentro das instituições de ensino, no entanto, ela segue a passos lentos no que se refere aos currículos escolares brasileiros, assim como os preceitos da Lei 11.645/2005.

A ideia propunha reconhecer sua importância na luta contra o racismo e na consolidação de uma educação antirracista e decolonizadora, melhorando e ampliando o currículo e, portanto, a formação docente inicial das licenciandas em Ciências Biológicas participantes do Prolicen.

Não obstante, ressaltamos que o docente precisa ter uma formação consistente e que articule uma docência crítica e reflexiva com habilidades e competências específicas segundo o currículo de valorização à multiculturalidade e ao enfrentamento do racismo e da discriminação. Nessa perspectiva, os cursos de licenciatura têm em sua base, diretrizes e parâmetros curriculares que visam alinhar a formação à Base Nacional Curricular Comum – BNCC- (2018), de modo que se trabalhe de maneira plena o conhecimento, a valorização, o respeito e demais valores que constituem o ser humano, bem

como a sociedade brasileira. O currículo é norteador da prática docente, podendo assumir diversas concepções, mais nesse sentido, convém citar Gomes, quando diz: “O currículo não está envolvido em um simples processo de transmissão de conhecimentos e conteúdo. Possui um caráter político e histórico e, também, constitui uma relação social, no sentido de que a produção de conhecimento nele envolvida se realiza por meio de uma relação entre pessoas” (Gomes, 2007, p. 31).

No que tange às relações do currículo com a diversidade, entendemos que ele é constituído não somente de teorias, mas práticas concretas. São práticas que buscam trabalhar a multiculturalidade da sociedade dentro das escolas, visto que a escola é espaço de socialização e construção de valores. Nessa perspectiva, a formação docente alinhada às questões étnico-raciais influencia na desconstrução de um currículo ainda pautado na lógica eurocêntrica e colonizadora, superando as problemáticas que perpassam diversos grupos étnicos.

### METODOLOGIA

O trabalho aqui apresentado foi feito a partir das ações do projeto vinculado ao PROLICEN - Programa de Apoio às Licenciaturas, sendo desenvolvido no Centro de Ciências Agrárias - Campus II, UFPB, com uma equipe constituída por três discentes da licenciatura e a orientadora. As atividades foram diversas, objetivando o desenvolvimento de ações pedagógicas comprometidas com a consolidação de uma educação antirracista e de valorização multicultural. Dentre as atividades desenvolvidas pelo projeto apontamos: as reuniões formativas; a pesquisa sobre as produções científicas que trataram sobre práticas de ensino de Biologia associadas às Leis 10.639/2003 e 11.645/2009, bem como desenvolvimento de práticas antirracistas; produção de artigos e textos acadêmicos para publicação em eventos científicos; artigos para a Coluna do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) da UFPB, no jornal Brasil de Fato; e ainda, a produção de material para Mostra Cultural, na semana de Valorização da Cultural afro-brasileira, no município de Areia, sobre personalidade negras e indígenas para exposição na biblioteca do campus universitário (estas últimas atividades serão melhor detalhadas mais a frente).

Especificamente sobre a pesquisa, o projeto desenvolveu uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e descritiva, abarcada por análises investigativas, críticas, reflexivas e construtivas. Para o desenvolvimento desta pesquisa, inicialmente, a coordenadora do projeto realizou reuniões formativas na perspectiva étnico-racial, na qual oportunizou-se o debate e a discussão teórica sobre as leis, currículo decolonial e sobre as práticas docentes. Nessas reuniões, os (as) licenciandos (as) participantes apresentaram a análise, discussão e reflexão sobre os artigos estudados, assim como os capítulos de livro, TCCs.

Após os estudos, a pesquisa bibliográfica sobre a produção científica relacionada às Leis 10.639/2003 e 11.645/2009 e as práticas antirracistas no ensino de Ciências Biológicas, podemos ver que, na perspectiva da formação docente, pesquisar, analisar e refletir sobre a educação e suas dimensões social, histórica e cultural são práticas importantes para o exercício de uma docência comprometida

com a construção de valores em uma sociedade marcada por um extenso histórico de preconceitos e desigualdades. O percurso metodológico seguido buscou, principalmente, entender as suas contribuições, dificuldades e possibilidades frente a totalidade da educação brasileira e a construção de uma práxis antirracista, a partir de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico descritivo. Entende-se por pesquisa qualitativa o que Minayo (2010) traz como sendo uma pesquisa que envolve práticas interpretativas para compreender e analisar manifestações objetivas e subjetivas. Isso é feito dentro de um referencial teórico e metodológico que garante sua credibilidade científica.

Inicialmente, as integrantes foram segmentadas em três tópicos distintos. Adicionalmente, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão, bem como procedimentos de busca. Sobre os instrumentos de pesquisa utilizou-se as fontes primárias encontradas nas plataformas do Google Acadêmico e Periódicos CAPES. Empregando-se os seguintes descritores para cada eixo investigado: 1. Lei 10.639/2003 And Ensino de Ciências Or Ciências Biológicas; 2. Lei 11.645/2008 And Ensino de Ciências Or Ciências Biológicas; 3. Práticas Antirracistas And Ensino de Ciências/ Or Ciências Biológicas. E a coleta foi feita entre agosto e setembro de 2023.

Quanto ao critério de inclusão, estabeleceu-se o seguinte conjunto de parâmetros: a abrangência temporal a partir do ano 2017, a aplicação no contexto do ensino médio, no ensino de Ciências Biológicas e a origem dos artigos como sendo de publicação no território brasileiro. Com a insuficiência de artigos encontrados na plataforma Capes, prosseguimos para a busca na plataforma do Google Acadêmico, onde conseguimos acessar um volume mais substancial de artigos.

Conforme Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 131), “para analisar as informações coletadas nos artigos científicos, é necessário que o pesquisador crie categorias analíticas que facilitem a ordenação e a sumarização de cada estudo”. Com o propósito de estruturar os artigos localizados e facilitar a gestão daqueles aos quais obtivemos acesso, elaboramos uma planilha no Excel. Nesse contexto, desenvolveu-se uma compilação dos dados mais pertinentes relativos aos resultados obtidos. O conjunto abrangente dessas informações filtradas no primeiro eixo é apresentado de maneira clara no Quadro 1, o qual constitui uma representação integral de tais aspectos.

Quadro 1- Informações obtidas dos resultados do eixo 1.

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Critério de exclusão</b>
O ensino de ciências naturais e a construção de um currículo educacional antirracista nas escolas Bernardino Pereira de Barros, Abaetetuba-PA.	DE SOUSA, D.; SANTOS DA SILVA, C.; MACIEL DOS SANTOS, R.	2020	Desenvolvido no ensino fundamental

O ensino de ciências naturais: uma proposta contextualizada para o semiárido/sertão	FIGUEIREDO, Gustavo de Alencar; GONZALEZ, Fredy Enrique; XAVIER, Maria Kamylla.	2021	Não desenvolvido em escolas
Relações étnico-raciais no ensino de anatomia humana: uma experiência em construção.	RIBEIRO, Gabriel	2022	
Conhecimento quilombola e plantas medicinais: recursos didáticos para o ensino de ciências	SILVA, Wagner de Jesus; SILVA-CASTRO, Milene Maria da.	2019	
Redescobrimo a identidade brasileira: a introdução da disciplina educação das relações étnico raciais na formação de graduandos	DAXENBERGER, A. C. S; SOBRINHO, R. G. S.	2021	
Diálogos com as leis 10.639/2003 na formação das professoras de ciências e biologia.	Vale, R. F., Di Santo, M. S., Henrique Filho, P., Rosa Filho, O. C., Cardoso, N. A. do P., de Souza, F. P. Cabral, M. V. A., Goulart, C. C. D. de Moraes, J. F.	2023	
Educação das relações étnico-raciais na formação docente no curso de licenciatura em ciências biológicas da UFRPE	SILVA, Joaklebio Alves da; ARAÚJO, Monica Lopes Folena.	2022	
Doenças prevalentes na população negra: o discurso encontrado em livro didático de ciências.	Cavalcanti da Silva, C. C., Novaes da Silva, J. A., & Sales Lima, D. M.	2022	
Biologia celular, educação antirracista e currículo decolonial: Experiências didáticas inovadoras na formação inicial no curso de ciências biológicas.	DA SILVA (BARUTY), José Antônio Novaes.	2022	
<b>Quantitativo de artigos encontrados</b>	<b>Quantitativos que atendem ao critério de inclusão</b>		

9	7
---	---

Fonte: elaborado pelas autoras (2023).

O Quadro 2, de maneira global, tem por finalidade apresentar as informações de maior relevância pertinentes aos artigos identificados durante as pesquisas realizadas no âmbito do eixo 2 já mencionado neste trabalho.

Tabela 2. Informações obtidas no eixo 2.

Título	Autor	Ano	Critério de exclusão
A temática indígena no ensino de ciências da natureza e a aplicação da lei N° 11.645/08	PAULA, A. L. O. de., SOUSA, I. M. de., RIBEIRO, A. M., SOUSA, B. L. C. M. de., SILVA, J. R. da.	2022	
Educação das relações étnico-raciais na formação docente no curso de licenciatura em ciências biológicas da UFRPE	SILVA, J. A. da., ARAÚJO, M. L. F.	2022	Não desenvolvido em escola
Lei n° 10.639/2003: o uso didático-pedagógico de filmes antirracistas para descolonização no ensino de ciências e matemática	PEREIRA, C. L., PEREIRA, M. R. S., BIANCO, G.	2022	Não se enquadra na lei deste eixo
Relações étnico-raciais no ensino de ciências da natureza - uma análise dos livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental	GONÇALVES, V. O.	2020	
A contextualização dos saberes para a descolonização de um ensino de Biologia que reconheça as identidades e diferenças	NETO, N. A. L.	2018	
<b>Quantitativo de artigos encontrados</b>			<b>Quantitativos que atendem ao critério de inclusão</b>



5	3
---	---

Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

Adotando os mesmos critérios empregados anteriormente, o Quadro 3 tem como objetivo apresentar as informações adquiridas relativas ao terceiro eixo examinado no âmbito deste estudo.

Tabela 3. Informações obtidas no eixo 3.

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Critério de exclusão</b>
Lei nº 10.639/2003: o uso didático-pedagógico de filmes antirracistas para descolonização no ensino de ciências e matemática.	PEREIRA, Carlos Luís; PEREIRA, Marcia Regina Santana; BIANCO, Gilmene.	2022	
Educação científica e diversidade étnico-racial: o ensino e a pesquisa em foco.	VERRANGIA, Douglas.	2015	Publicado antes de 2017
A importância da reflexão sobre a prática de ensino para a formação docente inicial em ciências biológicas.	BAPTISTA, Geilsa Costa Santos.	2003	Publicado antes de 2017
A educação para a diversidade étnico-racial na formação inicial de docentes: analisando um curso de licenciatura em ciências biológicas do instituto federal de São Paulo.	SENSU, PÓS-GRADUAÇÃO LATO SUPERIOR, COM ÊNFASE NO ENSINO; MAGALHÃES, GABRIELLE NAPOLEÃO DE OLIVEIRA.	2020	
O estudo das relações étnico-raciais na sociedade brasileira no curso de licenciatura em Ciências Biológicas.	SILVA, Francisco Luan Nunes.	2022	
Relações étnico-raciais no ensino de Biologia: uma experiência na formação inicial docente.	DE CASSIA OLIVEIRA, Leticia; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues.	2022	

Ensinando a transgredir: os modos como vamos nos tornando professoras negras na licenciatura em biologia. Revista Interdisciplinar em Ensino de Ciências e Matemática	MACAMBIRA, L. dos S. A.; FERNANDES, K. M.; SOUZA ALVES FERREIRA, A.; SOUZA DA SILVA, L.	2022	
Educação antirracista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores.	FRANCISCO JUNIOR, Wilmo Ernesto	2008	Publicado antes de 2017
Criações docentes e o papel do ensino de ciências no combate ao racismo e a discriminações.	VERRANGIA, Douglas.	2016	Publicado antes de 2017
A contextualização dos saberes para um ensino de Biologia que reconheça as identidades e diferenças.	NETO, Nivaldo Aureliano Léo.	2018	
Educação antirracista e a prática docente: narrativas, desconstruções e possibilidades.	VIANA, Natália Conceição	2018	
Apresentação Dossiê educação para relações étnico-raciais na educação.	MACEDO, Yuri Miguel et al.	2022	Ensino fundamental
O Ensino de Ciências Naturais e a Construção de um Currículo Educacional Antirracista na Escola Bernardino Pereira de Barros, Abaetetuba-PA.	DE SOUSA, Deusa Maria; DA SILVA, Clemerson Santos; DOS SANTOS, Rosicleide Maciel.	2020	Ensino fundamental
<b>Quantitativo de artigos encontrados</b>	<b>Quantitativos que atendem ao critério de inclusão</b>		
13	7		

Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

Para critério de exclusão foi adotado o seguinte parâmetro: a exclusão de estudos não desenvolvidos em instituições escolares, não se incluir dentro das delimitações temporais preestabelecidas, a focalização em disciplinas distintas, a incompatibilidade com o âmbito específico do eixo em consideração e a aplicação no âmbito do ensino fundamental.

Como já citado, entre outras atividades realizadas destaca-se também: a produção de 14 materiais acadêmicos para publicação e eventos, sendo feitos artigos e textos de cunho crítico e reflexivo, bem como comprometidos com a difusão da experiência vivenciada no projeto e a prática docente antirracista. Foram produzidos dois artigos para o Jornal Brasil de fato, sendo o primeiro sobre a Consciência Negra em meio a formação docente e o segundo sobre o indígena Ailton Krenak. Além disso, também foi produzido um artigo crítico sobre o Dia da Consciência Negra para publicação no jornal da Biblioteca Setorial Francisco Tancredo Torres, do Centro de Ciências Agrárias, onde ocorre o projeto. Além disso, as licenciandas e coordenadora participaram do encontro de iniciação à docência para exposição do trabalho intitulado: "O ensino de ciências ou biologia na perspectiva antirracista: uma análise das produções".

Realizou-se também a produção de Perfis Biográficos de personalidades negras expostos em parceria com a Biblioteca Setorial Francisco Tancredo Torres, do Centro de Ciências Agrárias, ocorrendo durante o mês de novembro. Os perfis indígenas serão expostos em outra ocasião futura, em mês alusivo à temática, as quais constituem-se em apresentações em *slides* que posteriormente serão impressas e apresentadas. As personalidades negras escolhidas nesta edição foram: Conceição Evaristo, Luiz Gama, Milton Nascimento e Lélia González. As personalidades indígenas escolhidas foram: Ailton Krenak, Raoni Metuktire e Sônia Guajajara.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na perspectiva da formação docente, os educadores desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, especialmente, no que diz respeito à promoção da educação das relações étnico-raciais. Nesse contexto, as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, destaques do projeto, emergem como marcos legais essenciais para a transformação do ambiente educacional brasileiro. Ao compreendermos a importância dessa formação para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, poderemos traçar caminhos para uma educação verdadeiramente transformadora e que respeite a pluralidade de identidades étnico-raciais.

O presente tópico busca a apresentação dos resultados obtidos ao longo das ações desenvolvidas no projeto e as discussões acerca deles, numa perspectiva da formação docente. As discussões são pautadas na análise, na reflexão e na síntese do que foi realizado e será apresentado em tópicos.

## A PESQUISA E A PRODUÇÃO DO ARTIGO SOBRE OS 20 ANOS DAS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2009 E AS PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Nesta ação, o trabalho teve por objetivo identificar e discutir como está ocorrendo o processo de efetivação das leis 10.639/2003 e 11.645/2009 após 20 anos de sua criação, principalmente no âmbito das Ciências Biológicas, curso do qual fazem parte as participantes desta edição do projeto, a partir de pesquisas realizadas em diferentes bases científicas. Levando em conta toda a trajetória histórica e crítica baseada na cor e raça, bem como todas as discriminações existentes, este projeto objetiva ressaltar a presença de três eixos importantes (citados na metodologia), na perspectiva de reconhecer o cenário atual quanto ao ensino de ciências e biologia nos diversos âmbitos escolares em resposta às leis aqui destacadas. A pesquisa foi estruturada em eixos, destacados a seguir, objetivando entender o que vem sendo feito das leis na perspectiva da educação das relações étnico-raciais, visando não apenas a revisão e inclusão delas nos currículos escolares, mas também a revisão das práticas pedagógicas e a formação adequada dos professores para lidarem com elas e suas disposições de forma sensível e enriquecedora.

### EIXO 1: A LEI 10.639/2003 E O ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

O primeiro eixo do trabalho foi direcionado para a lei 10.639/2003 e suas produções no ensino de biologia. Como resultados da busca pelos trabalhos acadêmicos referentes ao eixo, foram pesquisados 328 artigos na plataforma de Periódicos da Capes. A partir da proposta inicial, apenas 9 deles estavam com produções coerentes com a temática e a área de ciências biológicas. Após aplicação dos critérios de exclusão, apenas 7 artigos atendiam as demandas da pesquisa. De modo geral, os artigos abordam variadas perspectivas e conteúdo. No sentido da Lei 10.639/2003 como um todo, as produções são numerosas, levando em conta as diversas áreas de conhecimento da educação, principalmente, as ciências humanas. Porém, quando relacionadas ao ensino de ciências e principalmente biologia, o número é menor. O que pode indicar que ainda que a temática esteja presente nas Diretrizes Curriculares dos cursos de Licenciatura como orientação obrigatória para a formação docente e na BNCC - Base Nacional Comum Curricular (2018), pouco é produzido e/ou desenvolvido.

Historicamente, a discussão da temática étnico-racial e seus desdobramentos transparecia ser algo de responsabilidade maior das ciências humanas e sociais. Entretanto, se revisitarmos o século XIX, entendemos que as demais ciências, incluindo as biológicas, contribuíram fortemente para a disseminação do racismo, sobretudo, o científico e teorias raciais, que conforme Santos e Silva (2018), teve seu surgimento no início do século XIX (Santos e Silva, 2018). Nesse sentido, a biologia pode e deve estudar, discutir e propor caminhos para a temática, principalmente, na desconstrução do racismo científico e conceitos amplamente difundidos pelas teorias raciais, relacionados à raça. A educação étnico-racial e a construção de uma educação antirracista e decolonial deve ser um compromisso de todos (Bezerra, Daxenberger, 2023).

Dos 9 artigos que atendiam aos critérios da pesquisa : 1 deles é uma produção referente ao ensino de biologia no ensino médio , em que destaca-se o trabalho com plantas medicinais conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, propondo meios para trabalhar a temática na escola pública; 5 abordam a formação docente e/ou a graduação, abarcando a introdução da educação étnico-racial na

formação, bem como os seus desdobramentos frente aos discentes no contexto de diferentes universidades federais do país; 1 tem foco na análise da temática no livro didático utilizado pelas escolas, objetivando entender as propostas para a discussão de um conteúdo específico.

Quadro 1- Demonstração dos artigos trabalhados na pesquisa que se encaixaram nos critérios estabelecidos.

Artigo	Critérios para enquadramento na pesquisa
Conhecimento quilombola e plantas medicinais: recursos didáticos para o ensino de ciências.	O artigo atende os critérios estabelecidos pela pesquisa, abordando a temática referida, bem como realizando propostas para o ensino médio dentro da disciplina de biologia.
Relações étnico-raciais no ensino de Anatomia Humana: uma experiência em construção.	O artigo atende aos critérios no que se refere às proposições que podem ser utilizadas para trabalhar a temática em biologia no ensino médio, embora estas tenham sido desenvolvidas e experienciadas a nível de graduação
Redescobrimo a identidade brasileira: a introdução da disciplina Educação das relações Étnico raciais na formação de graduandos.	O artigo atende aos critérios no que se refere às proposições que podem ser utilizadas para trabalhar a temática em biologia no ensino médio, embora estas tenham sido desenvolvidas e experienciadas a nível de graduação
Diálogos com a lei 10.639/2003 na formação das professoras de ciências e biologia.	O artigo atende aos critérios no que se refere às proposições que podem ser utilizadas para trabalhar a temática em biologia no ensino médio, embora estas tenham sido desenvolvidas e experienciadas a nível de graduação
Educação das relações étnico-raciais na formação docente no curso de licenciatura em ciências biológicas da UFRPE	O artigo atende aos critérios no que se refere às proposições que podem ser utilizadas para trabalhar a temática em biologia no ensino médio, embora estas tenham sido desenvolvidas e experienciadas a nível de graduação
Biologia celular, educação antirracista e currículo decolonial: Experiências didáticas inovadoras na formação inicial no curso de ciências biológicas.	O artigo atende aos critérios no que se refere às proposições feitas na biologia, visto que apresenta uma experiência na biologia celular, embora tenham sido desenvolvidas a nível de graduação na perspectiva de uma educação antirracista.

Doenças prevalentes na população negra: o discurso encontrado em livro didático de ciências.	O artigo se enquadra porque objetiva entender como a temática especificada e a educação para as relações étnico-raciais se encontram abordadas no livro didático, bem como podem gerar novas proposições pedagógicas.
--	---

Fonte: elaborado pelas autoras (2023).

No sentido das análises preliminares feitas, entende-se que a maior parte das produções sobre a Lei 10.639/2003 e a educação étnico-racial no ensino de biologia, a maioria está direcionada à formação docente, com proposições realizadas ainda nas universidades. O que indica que se vincula ao percurso formativo e que há, cada vez mais, um compromisso com a temática e a desconstrução de currículos eurocêntricos. Um único artigo com proposição para o ensino médio, trabalhou não apenas a biologia, mas os conhecimentos quilombolas e a articulação entre a universidade e a escola. Outro que figurou como único, manteve o foco nos materiais didáticos utilizados na escola, mais precisamente o livro didático que, atualmente, conta com a BNCC (2018) e orientações para que o(a) professor(a) trabalhe qualquer conteúdo.

Dentre os 9 artigos trabalhados, 2 deles foram excluídos, pois, embora trabalhem a temática, tem suas proposições para o ensino fundamental, critério de exclusão, visto que a pesquisa objetiva o ensino médio, conforme destacados no quadro abaixo.

Quadro 2: Demonstração dos artigos trabalhados na pesquisa que não se encaixaram nos critérios estabelecidos.

Artigos	Critérios para a exclusão da pesquisa
O Ensino de Ciências Naturais e a Construção de um Currículo Educacional Antirracista na Escola Bernardino Pereira de Barros, Abaetetuba-PA.	O artigo não se encaixa nos critérios estabelecidos na pesquisa porque tem como foco o ensino fundamental. Entretanto, propõe atividades para a inserção da temática na sala de aula.
O ensino de ciências naturais: uma proposta de educação contextualizada para o Semiárido/Sertão.	O artigo não se encaixa nos critérios estabelecidos na pesquisa porque tem como foco o ensino fundamental. Contudo, além de trabalhar a temática na sala de aula, o artigo ainda a coloca no contexto do semiárido/sertão, atribuindo uma valorização e visibilidade às áreas.

Fonte: elaborado pelas autoras (2023).

Todos os artigos apresentam conteúdos dispostos pela BNCC, embora também denotem a necessidade de incentivo à produção, especificamente, dentro da educação básica, no ensino médio, sobre os componentes da biologia. O baixo número de produções e as áreas da biologia trabalhadas, enfatizam a lacunas existente para com áreas que não apresentam proposições, indicando também que existem áreas que podem abranger conteúdos específicos em comparação a outros. Outro ponto a destacar é que entre os artigos, observa-se a presença de relatos de experiência, indicando que cada vez mais temos a difusão de relatos de prática, que podem abrir espaços para novas proposições, fomentando cada vez mais a consolidação da educação antirracista.

## EIXO 2: A LEI 11.645/2009 E O ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

A implementação da Lei 11.645/08 tem contribuído significativamente para a conscientização dos alunos sobre a diversidade étnica e cultural do Brasil. Ao abordar a história e a cultura dos povos indígenas nas salas de aula, os estudantes são expostos a perspectivas e experiências diferentes das suas. Como destaca Silva (2019), "a inclusão da temática indígena no currículo escolar tem o potencial de promover o respeito pela diversidade étnica e cultural, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e inclusivos". No entanto, a implementação efetiva da Lei 11.645/08 tem enfrentado desafios significativos. Um dos principais desafios está relacionado à formação de professores. Como menciona Gonçalves (2020), "é fundamental que os professores estejam devidamente preparados para abordar a temática indígena em suas aulas, mas muitos ainda não receberam a formação necessária". Isso pode resultar em abordagens superficiais e estereotipadas sobre as culturas indígenas nas salas de aula.

Além disso, a falta de recursos e materiais didáticos adequados tem sido um obstáculo significativo. A incorporação da temática indígena no currículo requer materiais educativos que sejam precisos, respeitosos e culturalmente sensíveis. Como ressalta Souza (2018) a falta de acesso a materiais específicos sobre a temática pode limitar a eficácia da materialização da respectiva lei.

Neste estudo, realizamos uma busca extensa na literatura acadêmica para identificar artigos relacionados à temática indígena no ensino de ciências da natureza e à aplicação da Lei nº 11.645/08. Foram encontrados um total de 5 artigos relevantes para nossa pesquisa. Após análise detalhada, identificamos que 3 desses artigos atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos em nossa base teórica e foram selecionados para análise subsequente. Esses dados estão descritos no gráfico 1.

Por meio do emprego do critério de exclusão, constatou-se a presença de dois artigos que não atendiam aos requisitos estabelecidos, incluindo o escopo do eixo de estudo, conforme evidenciado no Quadro 1.

Quadro 1. Artigos que não se enquadraram no eixo

Artigo	Porque não se enquadra
--------	------------------------

"Educação das relações étnico-raciais na formação docente no curso de licenciatura em ciências biológicas da UFRPE" de Sila e Araújo (2022)	É relevante para o campo da formação docente e das relações étnico-raciais, mas não está diretamente relacionado à temática indígena no ensino de ciências da natureza.
"Lei nº 10.639/2003: o uso didático-pedagógico de filmes antirracistas para descolonização no ensino de ciências e matemática" de Pereira et al. (2022).	Não se enquadra na Lei nº 11.645/08, mas aborda questões importantes de descolonização no ensino de ciências.

Fonte: Produzido pelas autoras, 2023.

Dos artigos que estão em conformidade com os critérios de exclusão, totalizando um conjunto de três, apresentam substancial amplitude de informações relevantes, sendo detalhadamente descritos no Quadro 2.

Quadro 2. Artigos selecionados de acordo com os critérios estabelecidos.

Artigos	Porque se enquadra
"A temática indígena no ensino de ciências da natureza e a aplicação da lei N° 11.645/08" de Paula et al. (2022).	Está diretamente alinhado com os objetivos deste estudo, abordando a temática indígena no ensino de ciências da natureza e a aplicação da lei correspondente. A análise mais aprofundada desse artigo pode fornecer informações valiosas sobre como a lei está sendo aplicada na prática educacional.
"Relações étnico-raciais no ensino de ciências da natureza - uma análise dos livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental" de Gonçalves (2020).	Oferece uma análise crítica dos livros didáticos utilizados no ensino de ciências da natureza, destacando a importância de considerar a diversidade étnico-racial nesse contexto.
"A contextualização dos saberes para a descolonização de um ensino de Biologia que reconheça as identidades e diferenças" de Neto (2018).	Concentra-se na descolonização do ensino de biologia, reconhecendo identidades e diferenças, o que é relevante para a promoção das relações étnico-raciais.

Fonte: Produzido pelas autoras, 2023.

Ao analisar os artigos selecionados, observou-se uma variedade de temas e tópicos que estão alinhados com as diretrizes da BNCC (2018). Essas temáticas incluem: Educação para a Diversidade Étnico-Racial; Educação para a Cidadania e Educação para a Ética e os Valores. Em conclusão, os resultados iniciais deste estudo indicam a existência de um número limitado de artigos relacionados à temática indígena no ensino de ciências da natureza e à aplicação das leis correspondentes.

A Lei 11.645/08 representa um avanço importante na promoção da diversidade étnica e cultural no ensino brasileiro. No entanto, sua implementação efetiva requer esforços contínuos na formação de professores, no desenvolvimento de materiais didáticos adequados e na conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão da temática indígena no currículo escolar. O impacto positivo dessa legislação na conscientização dos alunos sobre a diversidade e no respeito pelas culturas indígenas é



inegável, mas é essencial superar os desafios para garantir que sua implementação seja completa e eficaz.

### EIXO 3: PRÁTICAS ANTIRRACISTAS E O ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

O terceiro eixo, no qual aborda sobre as práticas antirracistas no ensino de ciências, foram encontrados um total de treze artigos, onde cinco deles estão presentes no Portal da Capes, e oito na página de navegação do Google Acadêmico. No entanto, de acordo com os critérios de exclusão, seis deles não atendem a demanda programada, logo, são eliminados do foco da pesquisa.

Embora escassos, os artigos encontrados dentro dos critérios avaliados anteriormente, em sua maioria relatam vivências em meio ao ensino e construção do saber docente em conformidade com as questões étnico raciais. Além disso, discutem a importância sobre a construção da formação docente diante da temática étnico racial durante os cursos de licenciatura, em especial, aos professores de ciências/biologia.

Em análise aos respaldos de aplicabilidade referente às leis dos eixos anteriores, diante das buscas de artigos que nos comprovam isso, as práticas antirracistas ainda não são tão comumente postas em prática. Tendo em vista a obrigatoriedade, além de possuir uma abordagem mais ampla e abrangente, o resultado das buscas acabou sendo o de menor resultado, consequência da própria dificuldade desde a formação, ou até mesmo pela falta de publicação da temática

Em conclusão, ao discutirmos os resultados obtidos percebemos a diferença nas produções encontradas em cada eixo da pesquisa. Em termos de comparação nota-se que os eixos 1 e 3 que trata sobre a lei 10.639/2003 no ensino de biologia e práticas antirracistas apresentou mais resultados em relação ao eixo 2 que trata da lei 11.645/2009 e o ensino de biologia. Ainda que a referida lei que sustentam o eixo 2 representa uma atualização para a temática estudada, a primeira lei promulgada ainda configura nas produções acadêmicas mais produções. Em termos práticos, nota-se a que é preciso maior produção sobre as práticas antirracistas no ensino de biologia.

### CONTRIBUIÇÃO DO PROLICEN NA FORMAÇÃO DOCENTE DAS LICENCIANDAS PARTICIPANTES DO PROJETO

Conforme explicitado nos tópicos deste artigo, a partir dos encontros formativos, as licenciandas puderam adentrar o espaço de discussão étnico-racial. Com a discussão e apresentação dos materiais, estudá-los e discuti-los proporcionou um maior entendimento sobre as raízes das discussões étnico-raciais na educação. Aqui tratamos de conceitos, aspectos históricos e sobre a legislação, onde nasce parte das discussões da temática e as especificidades da educação antirracista e decolonial. Compreendeu-se ainda, como o currículo se apresenta nesse espaço de diálogos e como a formação docente deve seguir na desconstrução do currículo colonizador/eurocêntrico e propor a valorização e conhecimento das culturas que formam nossa nação.

Destacamos que as contribuições do projeto vão além da formação técnica, pois também se associa à formação cidadã e crítica esperada ao profissional de educação preocupado com a construção de uma sociedade mais inclusiva. Por isso, é indiscutível a necessidade de discussões e proposições de ações educativas antirracistas. Entende-se educadores como agentes importantes no entendimento e valorização da multiculturalidade da sociedade brasileira, principalmente, no cotidiano escolar e, portanto, estes podem propor e realizar ações práticas que se proponham a romper o silenciamento e a violência que atinge os diversos grupos excluídos e silenciados ao longo da história da construção de nosso país.

Frente a formação docente, entendemos o projeto como essencial, ao fornecer uma abordagem crítica e reflexiva sobre as práticas educacionais, promovendo assim uma educação mais inclusiva, justa e alinhada aos princípios da equidade racial. Essa abordagem não apenas questiona as práticas vigentes, mas também orienta os educadores na construção de ambientes educacionais que respeitam e valorizam a diversidade étnica e cultural, correlacionando os estudos teóricos a prática.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retornarmos ao histórico da legislação brasileira no sentido da pluralidade que constitui o país, vemos a promulgação de diversas leis com penalizações sobre o racismo. Nesse sentido, duas leis em especiais, estão em destaque por adentrarem a esfera educacional e propor uma ressignificação nos conteúdos e uma desconstrução do currículo eurocêntrico e na construção de conhecimentos na perspectiva antirracista e descolonizadora. Por meio da educação, a luta pela reparação, valorização e respeito dos povos negros e indígenas, ganhou novas possibilidades.

As leis aqui referidas são as 10.639/2003 e 11.645/2009. Em seus textos, ficam estabelecidos a "obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e indígenas" (Brasil, 2008). Ambas representam um marco e se consolidam como mais um instrumento da luta contra o racismo e o preconceito fortemente enraizado no país e na educação. Estas se tornaram uma realidade devido às articulações e lutas dos movimentos sociais que têm suas origens ainda no pós-abolição.

Após a abolição da escravatura, a população negra, ainda, passou a enfrentar ações baseadas nas teorias raciais surgidas no século XIX e que perduraram até meados do século XX como norteadoras, inclusive de Políticas Públicas. No que se refere ao ensino das Ciências Biológicas, O Prolicen "Formação docente na perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais: contribuindo para as discussões dos aspectos exigidos pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008" tem proporcionado entender suas contribuições para a educação antirracista e a desconstrução do racismo científico, bem como as leis aqui estudadas, estão sendo desenvolvidas dentro dos currículos, especialmente, nas ciências biológicas no âmbito do ensino de biologia.

As atividades do projeto seguiram um percurso metodológico que melhor atendessem às demandas, compreendendo que não se tratava apenas de pesquisar e saber como estava esse caminho percorrido pelas leis nas produções acadêmicas, mas interpretar, analisar e compreender os resultados de uma

maneira que as licenciadas conseguissem refletir à luz da formação docente. Dentre os destaques, foram evidentes com a pesquisa realizada em torno dos 20 anos das leis que pouco se produziu, no ensino da biologia. No entanto, é válido ressaltar que a difusão da experiência vivenciada é algo importante para assegurar que a prática possa chegar em outros lugares.

Mesmo com baixa produção acadêmica, durante o recorte temporal realizou, identificamos a partir dos estudos realizados, que frente às problemáticas étnico-raciais há o envolvimento de atores de diferentes níveis educacionais, como alunos da educação básica e do ensino superior, bem como professores escolares e universitários. As demais atividades do projeto proporcionaram uma articulação forte entre teoria e a prática na formação inicial docente. Em destaque para o que se espera na materialização das leis em destaque.

### REFERÊNCIAS

BEZERRA, T. M. de M.; DAXENBERGER, A. C. S. A relação étnico racial no ensino de biologia: desenvolvendo uma sequência didática. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 15, n. 43, p. 608–626, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8198116. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1774>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação. 2018.

BRASIL. *Constituição Federal 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília - DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: < [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm&ved=2ahUKEwiQvsfVyfuCAxXfgpUCHTzZCN4QFnoECA0QAQ&usq=AOvVaw3i\\_8717crw9PBIV4q9Jndm](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm&ved=2ahUKEwiQvsfVyfuCAxXfgpUCHTzZCN4QFnoECA0QAQ&usq=AOvVaw3i_8717crw9PBIV4q9Jndm) >. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) >. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

BRASIL. *Lei nº. 10.639 de 09 de Janeiro de 2003*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Diário Oficial da União. Disponível em < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm) . Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

BRASIL. *Lei nº. 11.645 de 10 de Março de 2008*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Diário Oficial da União. Disponível em < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm) >. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

BRASIL. *Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019*. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. *O Método Da Revisão Integrativa Nos Estudos Organizacionais*. Gestão e Sociedade, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011

DOMINGUES, P. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo, v. 12, p. 100-122, 2007.

FREIRE, P. *Política e educação: ensaios*. 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23)

GOMES, N. L. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GOMES, N L. Diversidade cultural, currículo e questão racial. Desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, A.; BARBOSA, M. de A.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs). *Educação como prática da diferença*. Campinas: Armazém do Ipê, 2006, p.21-40.

GONÇALVES, V. O. Relações étnico-raciais no ensino de ciências da natureza - uma análise dos livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental. *Revista de Educação Pública*, 2020, 29(72), 79-94.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 1º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SANTOS, R. A. dos; SILVA, R. M. de N. B. *Racismo científico no Brasil: Um retrato racial do país pós-escravatura*. Curitiba: Educar em Revista, v. 34, n. 68, p. 253-268, 2018.

SILVA, A. B. *A Lei 11.645/08 e a educação indígena: um estudo de caso nas escolas públicas de Belo Horizonte*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SILVA, P. H. F.; DAXENBERGER, A. C. S. (2023). Educação Multicultural, Ensino Médio e Formação Docente: intervenções didáticas para a valorização e ressignificação indígena. *Revista De Iniciação à Docência*, 8(1), e13359, 1-20.

SOUSA, F. R.; ALMEIDA, S. L. de. Raça e racismo no Brasil: Uma perspectiva estrutural. In: FEFFERMANN, Marisa; KALCKMANN, Suzana et al (org.). *Interfaces do Genocídio no Brasil: raça, gênero e classe*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2019. 496 p. (Temas em Saúde Coletiva 25). p. 348 - 360.

SOUZA, R. M. Educação indígena e Lei 11.645/08: desafios e perspectivas na formação de professores. In A. P. G. Sousa (Ed.), *Educação indígena e escolarização* (pp. 45-60). Editora Letras & Letras, 2018.

Recebido em: 10.01.2024

Aprovado em 10.04.2024